



O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O CONSELHO ESCOLAR

**Belo Horizonte
2011**

Marluce Aparecida Rodrigues Braz

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O CONSELHO ESCOLAR

Trabalho apresentando à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como pré-requisito para a obtenção de título de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Escolar pela Escola de Gestores.

Profa. Orientadora. Profa.Ms. Jacqueline Silva Figueiredo Pereira

Belo Horizonte
2011

“

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer neste sentido é pouco ainda considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente”

Paulo Freire

Dedico este trabalho a Deus por ter estado comigo nesta caminhada, me dando força, saúde e perseverança. Obrigada por me proporcionar este momento de grande alegria e conquista;

Ao meu saudoso pai que muito lutou em meio a tantas e grandes dificuldades para que seus filhos tivessem o valor e o sabor da conquista. À você mãe, pela demonstração constante de carinho, conforto e amizade Mãe e Pai, obrigada pelo amor sobretudo pela vida;

Aos meus queridos e amados filhos Marloísio e Núrya pelo carinho, auxílio e incentivo. Saibam que vocês são a essência e o, eu equilíbrio.

Ao meu esposo Gaspar pela compreensão, confiança, paciência e dedicação;

Aos meus irmãos pelo apoio e consideração;

À minha querida sobrinha Andressa pelo auxílio e incentivo;

À minha amiga Silvânia que compartilhou de minhas idéias; incentivando-me a prosseguir nesta jornada, fossem quais fossem os obstáculos, sempre com uma palavra de apoio admiração e carinho;

Aos professores, pelo incentivo dado, pelo carinho e dedicação demonstrados durante o curso, para que os nossos horizontes pudessem ser ampliados.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso retrata a importância do Conselho Escolar, como instrumento de mudança, tanto nos processos de tomadas de decisão administrativas e pedagógicas como nas formas de relacionamento com a comunidade exercendo um papel relevante na construção e desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico. Discute-se a importância dos conselhos escolares para a melhora da gestão democrática das escolas e a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Quilombo do Ambrósio. Para fortalecimento deste trabalho baseia-se nos relevantes estudos de Moacir Gadotti (2000 e 2004), Lei de Diretrizes e Bases e outros conceituados autores quando afirmam que a criação dos Conselhos Escolares deve envolver todos os segmentos internos da escola, bem como a comunidade local, como envolvidos nesse processo de construção da gestão democrática na escola.

PALAVRAS-CHAVE: Conselho Escolar; Projeto Político Pedagógico; Gestão Democrática.

SUMÁRIO

1– INTRODUÇÃO	8
2– DEMOCRACIA NA GESTÃO ESCOLAR	10
2.2– ORGANIZANDO O CONSELHO ESCOLAR	14
3– CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
4– REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	16
5 – ANEXO	18

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a atuação do Conselho Escolar nas questões referentes à democratização da Gestão Escolar, verificando a necessidade da efetiva participação do Conselho em toda a dinâmica que ocorre no espaço escolar.

Falar em democracia é falar em participação. Participação reclama envolvimento. Nesse sentido, os Conselhos Escolares são instâncias democráticas representativas importantes. Neste trabalho, discutiremos a criação dos conselhos escolares e sua importância como um novo espaço de envolvimento educativo.

A história dos Conselhos Escolares mistura-se com a história de aprovação da própria LDB 9.394/96. Apesar de não ter todos os desejos atendidos pela legislação aprovada, a sociedade civil experimentou algo que não fazia há décadas; participou ativamente nas decisões.

Os movimentos dos educadores, na década de 80 do século XX, em defesa da democratização do País, conquistaram espaço na Constituição Brasileira, na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais) com a inclusão do princípio de gestão democrática da educação. Esta requer a descentralização das decisões coletivas, que estimula formação de Grêmios, Colegiados, Conselhos, Comissões, instituições significativas no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, gestor das expectativas e da formação de consensos sobre a educação (MACHADO 2010)

As decisões coletivas, no interior das instituições colegiadas fortalecem a autonomia da escola, que só será possível na medida em que o conjunto de

seus educadores adquiriu uma consciência crítica sobre o fazer educativo.

Trecho retirado do texto: Instituições Escolares: Gestão de Escola Democrática (MACHADO 2010).

Libâneo e outros (2007) afirmam que:

A Concepção democrático-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação dos membros da equipe. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos. Defende uma forma coletiva de tomada de decisões. Entretanto, uma vez tomadas as decisões coletivamente, advoga que cada membro da equipe assumira sua parte no trabalho, admitindo a coordenação e avaliação sistemática da operacionalização das deliberações (p.325)

Fica claro que a instituição colegiada permite o processo permanente de reflexão e discussão dos problemas e dificuldades da escola, na busca de estratégias e recursos viáveis à concretização dos objetivos da comunidade escolar.

O Conselho Escolar pode se constituir em um dos órgãos mais importantes do processo de gestão democrática, já que é parceiro de todas as atividades que se desenvolvem no interior da escola. Sua primeira função é “[...] discutir e definir o tipo de educação a ser desenvolvida na escola, para torná-la uma prática democrática comprometida com a qualidade socialmente referenciada.” (BRASIL, 2004, p.19).

2 - DEMOCRACIA NA GESTÃO ESCOLAR -

A Lei das Diretrizes e Bases da Educação Lei nº 9 3/94) em seu art.12, estabelece uma orientação legal de confiar à escola a responsabilidade de elaborar, executar e avaliar o seu Projeto Político Pedagógico. A legislação defende também normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as peculiaridades e conforme os seguintes princípios estabelecidos pelo art. 14:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola:

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes.

É necessário que fique claro que a atual LDB não institui o Conselho Escolar, apenas sugere como alternativa de melhora para a escola, pois não é a legislação em si que vai transformar a realidade da escola, mas sim a prática com o devido acompanhamento e a avaliação do trabalho pedagógico.

A Gestão democrática acontece com a participação da comunidade através do Conselho Escolar por meio de estímulo e interação entre os membros do Conselho.

De acordo com Luckies, (2007, p.15): “A cara da escola decorre da ação conjunta de todos esses elementos”. Neste sentido pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade.

O Conselho Escolar possui característica própria que constitui uma forma colegiada de gestão democrática. Assim, a gestão deixa de ser individual e passa a ser coletiva, ou seja, todos os segmentos escolares e a comunidade local congregam para juntos constituírem uma educação de qualidade. Com isso, divide-se o poder e as consequentes responsabilidades.

Nos dizeres de GADOTTI, (2000, p. 6),

a participação e a democratização num sistema público de ensino é uma forma prática de formação para a cidadania que, por sua vez, é um dos pressupostos da gestão democrática. Essa formação se adquire na participação no processo de tomada de decisões. A criação dos Conselhos de Escola representa uma parte desse processo.

Possuindo Estatuto próprio, o Conselho Escolar é o órgão responsável pelo estudo, planejamento, debate, deliberação, acompanhamento, controle e avaliação das principais ações do dia-a-dia da escola. Tanto no campo pedagógico como administrativo e financeiro.

O Conselho Escolar tem a função de monitorar dirigentes escolares, assegurando a qualidade do ensino. Pode estabelecer metas, planos educacionais, o calendário escolar e aprovar o Projeto Político Pedagógico da escola. Também cuida da situação financeira da escola, definindo planos de aplicação de recursos e normas para a prestação de contas. Com isso, se

compreende porque a função do Conselho Escolar é fundamentalmente político-pedagógica. É política porque estabeleceu as transformações desejáveis na prática educativa escolar e pedagógica, pois estabeleceu os mecanismos necessários para que essa transformação realmente aconteça.

Concordamos com GADOTTI, (2000, p.72) quando afirma que

É no Conselho Escolar que os problemas da gestão escolar devem ser discutidos e é nele que as reivindicações educativas serão analisadas para, foi caso e dependendo dos encaminhamentos e da votação em planária, serem aprovadas e remetidas para o corpo diretivo da escola que se encarregará de colocá-las em prática.” (p.72)

Para isso é importante ter uma equipe de direção que tenha talentos complementares. Delegar e liderar devem ser palavras de ordem. O bom diretor indica caminhos, é sensível às necessidades da comunidade, desenvolve talentos, facilita o trabalho da equipe e resolve problemas.

De acordo com Libâneo (2004), a participação consciente é muito importante para a construção do processo de autonomia na escola. Pois, é preciso compreender que a Lei legitima o processo, mas a construção da democracia deve sair da base, de acordo com a necessidade de comunidade.

Para Gadotti e Romão (2004, p.47).

[...] a participação e a democratização num sistema público de ensino é um meio prático de formação para a cidadania. Essa formação se adquire na participação no processo de tomada de decisão. A criação dos Conselhos de Escola representa uma parte desse processo. Mas eles fracassam quando instituídos como uma medida isolada e burocrática. Eles só são eficazes num conjunto de medidas políticas num plano estratégico de participação que vise à democratização das decisões.

Entende-se, assim que, os Conselhos Escolares fazem apenas uma parte do processo de democracia e deve resultar de um processo a ser construído não só dentro, mas também fora da escola.

Legalmente, os conselhos escolares encontram respaldo em diversas legislações. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei n. 9.394/96, no seu art. 14, afirma que

[...] os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com -as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Como previsto em lei, o art. 14, inciso II aponta para a participação da comunidade por meio dos conselhos escolares ou equivalentes. Esse foi um grande ganho da sociedade civil, pois diminuiu o poder de decisão concentrado nas mãos do gestor.

Nesse mesmo sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei n. 10.172/01 – que estabelece objetivos e prioridades que devem orientar as políticas públicas de educação no período de dez anos insistiu a necessidade de participação. Entre os seus objetivos expressos, destacam-se:

- a democratização da gestão do ensino público;
- a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes;
- a descentralização da gestão educacional com fortalecimento da autonomia da escola;
- a garantia de participação da sociedade na gestão da escola e da educação.
-

Em suma, os conselhos escolares são o sustentáculo de projetos político-pedagógicos que permitem a definição dos rumos e das prioridades das escolas em uma perspectiva emancipadora, que realmente considera os interesses e as necessidades da maioria da sociedade.

2.2 - ORGANIZANDO O CONSELHO ESCOLAR

O Projeto Político Pedagógico, na gestão democrática da escola, pressupõe o funcionamento de diferentes instituições colegiadas que apresentam características e funções próprias.

A escola Municipal Quilombo do Ambrósio tem necessidade da existência de espaços de participação, para que seus diversos segmentos possam exercer a prática democrática. Dentre esses espaços, o Conselho Escolar se destaca, pois sua participação está ligada, principalmente à essência do trabalho escolar: o desenvolvimento da prática educativa, em que o processo ensino aprendizagem é seu foco principal.

A atuação do Conselho Escolar na escola Municipal Quilombo do Ambrósio se dá através do edital de convocação quando há necessidade de reunião para tomadas de decisões pertinentes à instituição. Os membros que atuam no conselho são dos segmentos de pais, alunos maiores, professores e funcionários. O objetivo maior do Conselho Escolar é assegurar a participação de toda comunidade envolvida nos processos de tomada de decisão no âmbito escolar.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a história dos Conselhos escolares se mistura à própria história da aprovação da LDB 9.394/96, pois foi nesse processo que a sociedade civil voltou a experimentar o que era participação democrática. Essa participação impeliu a querer mais, e os conselhos tornam-se esse espaço. Vê-se que os Conselhos Escolares são órgãos colegiados, compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola Municipal Quilombo do Ambrósio. Também vê-se que os Conselhos Escolares encontram respaldo em diversas legislações com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei n.9394/96, no ser art. 14, e no Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei n.10.172/01.

Estuda-se que o conselho tem as seguintes funções: deliberativas, Consultivas, fiscais (acompanhamento e avaliação), mobilizadoras. Vê-se que as principais atribuições dos Conselhos Escolares são: a elaboração do Regimento Interno do Conselho Escolar, a elaboração, discussão e aprovação do Projeto Político Pedagógico da escola em conjunto com os atores educativos da escola; a avaliação periódica; a proposição de alterações; a implementação do Projeto Político Pedagógico; a coordenação do processo de discussão, elaboração e alterações do Regimento Escolar. Também vê-se que os Conselhos Escolares exercem as decisões que refletem a pluralidade de interesses e visões existentes nos diversos segmentos envolvidos, que legitima as ações e proporciona uma maior transparência nas decisões tomadas.

Analisa-se a participação do conselho escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Quilombo do Ambrósio que deseja acompanhar o desenrolar das ações da escola, na implementação do Projeto Político Pedagógico em um permanente processo de acompanhamento e avaliação, com a finalidade maior a construção de uma educação emancipadora e democrática.

4 - REFERÊNCIAS

BORDIGNON. G. **Conselhos escolares:** uma estratégia de gestão democrática da Educação Pública. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei n. 9.394/96. Disponível em www.mec.gov.br/legis/default.shtm. Acesso em: 20 out. de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos escolares:** democratização da escola e construção da cidadania. Programa nacional de fortalecimento dos conselhos escolares. Brasília: MEC, SEB, 2004.

DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: Políticas e gestão da educação no Brasil. In: **Gestão democrática da educação:** atuais tendências, novos desafios. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2000.

GADOTTI, E; ROMÃO, J. **Autonomia da escola:** princípios e propostas. 6. Ed. São Paulo: Cortez Instituto Paulo Freire, 2004.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J.F.de.; TOSCHI, M.S. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCKESI, Carlos Cipriano. Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula. ABC Educatio, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.

MACHADO. M.A. C. Gestão Democrática. http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.asp?id_projeto=27&ID_OBJETO=35631&tipo=ob&cp=003366&cb=&n1=&n2=Biblioteca%20Virtual&n3=Dicion%20E1rio%20da%20Educa%20E7%E3o&n4=&b=s>. Acesso em:

PARO, V. H. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. **Gestão, financiamento e direito à educação:** análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001.

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA:11

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
QUILOMBO DO AMBRÓSIO

CURSISTAS: MARLUCE APARECIDA RODRIGUES BRAZ
SILVANIA APARECIDA DE DEUS
VALÉRIA BRÓGIO

IBIÁ, 2010

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: 11

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
QUILOMBO DO AMBRÓSIO

Trabalho acadêmico apresentado à
disciplina Projeto Vivencial do curso
Formação de Gestores da Universidade
Federal de Minas Gerais – UFMG.
Orientação: Grazielle Mariano Batista Maia.

IBIÁ, 2010

-

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	04
2- FINALIDADE DA ESCOLA	05
3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	08
4- CURRÍCULO	11
5- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	19
6- PROCESSO DE DECISÃO	20
7- RELAÇÕES DE TRABALHO	21
8- AVALIAÇÃO	24
9- CONCLUSÃO	29
10- REFERÊNCIAS	29

1. -

2- INTRODUÇÃO

- 1- Escola Municipal Quilombo do Ambrósio
- 2- Endereço: Alto do Quilombo, nº. 769.
- 3- CEP: 38950-000 / Município: Ibiá
- 4- Órgão mantenedor: Prefeitura Municipal de Ibiá – MG

Secretaria Municipal de Educação de Ibiá – MG

- 5- Telefone: (34) 3631-2534

Situada na Rodovia MG 235, km 16, Zona Rural, (município de Ibiá – MG), junto ao povoado do Quilombo que possui aproximadamente 150 habitantes funciona a Escola Municipal Quilombo do Ambrósio.

Esta escola teve início em 1957, quando o fazendeiro Sr. Joaquim Olímpio de Andrade doou o terreno para a construção da escola.

O primeiro nome que está escola recebeu foi Escola Municipal Santa Rosa de Lima em homenagem à padroeira da comunidade.

Em 1976 foi construída uma nova escola e seu nome foi mudado para Escola Municipal Escravo Ambrósio em homenagem ao escravo fugido que formou quilombos nessa região.

E, 1996 esta escola ganhou um novo prédio e em 1997 começou a extensão de 5ª a 8ª séries. A partir daí a sua denominação mudou para Escola Municipal Quilombo do Ambrósio, resgatando a condição do Escravo Ambrósio a um guerreiro que lutou pelo povo.

Atualmente, esta escola está com 126 alunos matriculados, desde a Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental, 21 funcionários (sendo 14 professores regentes, 5 auxiliares de serviços gerais, 1 secretária e 1 diretora).

A escola é assistida pela Superintendência Regional de Ensino (SER) – Pólo Regional de Patrocínio.

Nossa escola possui 9 salas de aulas, 1 biblioteca, laboratório de Informática com 16 computadores para alunos, professores e comunidade, para trabalharem com projetos e pesquisas, com acesso a Internet, cantina.

Os professores são todos habilitados a exercerem suas funções profissionais nas áreas de ensino.

Atualmente se percebe um ponto importante no desenvolvimento da educação praticada nesta escola: a equidade, isto é, aqui se busca propiciar as condições de acesso, permanência e sucesso do processo educacional.

Nossa experiência no dia-a-dia tem mostrado como é importante todos os segmentos da escola (gestores, professores, alunos, funcionários, pais...) caminharem juntos procurando resolver os problemas que aparecem e criando novas alternativas para a melhoria da educação oferecida à comunidade.

Trabalhar coletivamente, apesar de ser muito mais vantajoso para a escola como um todo, não é tarefa sempre fácil, mas é pela ação coletiva que a escola fortalece, revelando sua capacidade de se organizar e produzir um trabalho pedagógico condizente às demandas da sociedade.

Este documento configura a identidade desta Unidade Escolar com medidas que define os pressupostos, as finalidades educativas e as diretrizes gerais da proposta pedagógica da instituição.

Na verdade, o Projeto Político Pedagógico foi visto com ações plenamente identificáveis, para se atingir os objetivos preestabelecidos.

Este documento é a concretização de um conceito que busca a realidade tendo como base o que temos. Ele contém os fundamentos e princípios que garantirá a Escola Municipal Quilombo do Ambrósio, a identidade que pretendemos consolidar em nossa prática pedagógica.

2- FINALIDADES DA ESCOLA

Nossa escola tem por objetivo assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso, o sucesso e a permanência dos alunos, formando cidadãos críticos e participantes, capazes de agir na transformação de uma sociedade mais justa e igualitária.

O Art. 6º da L.D.B. do Ensino fundamental tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas - potencialidades como elemento de autorização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente de cidadania.

Diante disso nosso maior desafio é criar estratégias para a construção de uma sociedade mais justa, tendo como eixo norteadores de nosso trabalho, a integração entre educação e cultura, escola e comunidade (educação multicultural e comunitária) a democratização das relações de poder dentro da repetência e da avaliação, a visão interdisciplinar e transdisciplinar e a formação permanente dos educadores.

A educação escolar deve constituir-se em uma ajuda intencional, sistemática, planejada e continuada para crianças, adolescentes e jovens durante um período contínuo e extensivo.

Segundo Veiga (2004, p.37), “o projeto político pedagógico é, em suma, um instrumento clarificador da ação educativa da escola em sua totalidade”. Esta autora (1995, p.23) nos remete ao pensamento de que é necessário decidir coletivamente, o que se quer reforçar na escola e como detalhar as finalidades para atingir a cidadania, nos aspectos culturais, políticos, sociais, de formação profissional e humanística.

A função da escola em proporcionar um conjunto de práticas preestabelecidas tem o propósito de contribuir para que os alunos se apropriem de conteúdos sociais e culturais de maneira crítica e construtiva. A escola, ao tornar para si o objetivo de formar cidadãos capazes de atuar com competência e dignidade na sociedade, buscará alegre, como objeto de ensino conteúdos que estejam em consonância com as questões sociais que marcam cada momento histórico, cuja aprendizagem e assimilação são as consideradas essências para que os alunos possam exercer seus direitos e deveres.

A educação deve ser considerada como processo para o desenvolvimento humano integral, instrumento gerador das transformações sociais. É base para aquisição da autonomia, fonte de visão prospectiva, o elemento de integração e conquista do sentimento e da consciência de cidadania.

Buscamos o resgate de virtudes, tais como: respeito, solidariedade, sensibilidade, criatividade, curiosidade, tenacidade, persistência, humildade e comprometimento.

Temos como princípios filosóficos:

-

A inserção do indivíduo no mundo do trabalho, no qual são construídas as bases materiais de uma existência digna e autônoma.

A inserção do indivíduo no mundo das relações sociais regidas pelo princípio da igualdade;

“A escola contribuía para que as relações sociais sejam de igualdade, estimulando o aprendizado do diálogo, do construir com, trabalhar com, do entender-se com. Atenta ao desenvolvimento físico, afetivo e emocional, próprio de cada um.”

De modo geral entendemos a importância da escola no entendimento de qual seja a função social da escola e no estabelecimento de um trabalho pedagógico que promova a socialização da cultura, levando a comunidade local e escolar, especialmente os alunos, a se apropriarem do saber como um direito universal, já que a educação pode nos tornar mais humanos, mais atualizados historicamente e mais sintonizados com os problemas sociais do nosso tempo-espaço.

No contexto atual, a escola vem sendo questionada acerca de seu papel ante as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Estas alterações do capitalismo criam novas demandas e exigências para a escola, dentre as quais: a implementação de práticas docentes e escolares mais compatíveis com a chamada sociedade do conhecimento e da informação.

Crianças, jovens e adultos vivem num mundo cheio de informação, o que reforça a necessidade de planejar as aulas com base em um conhecimento sobre o que eles já sabem e o que precisam e desejam saber.

Planejar o desenvolvimento da escola é condição imprescindível para que perspectivas sejam traçadas, estilos de administração sejam aflorados e intervenções responsáveis e conscientes aconteçam.

Cada vez mais fica evidente a importância de que a Escola tenha uma visão definida do que quer e conheça a escola ideal, para que possíveis soluções para os problemas, possam ser realizadas.

Buscando uma escola de qualidade é que todos os funcionários juntamente com a comunidade escolar da Escola Municipal Quilombo do Ambrósio se compromete com a tarefa educacional definindo os seguintes princípios que contribuindo para o sucesso ocorra neste educandário:

- -
- Propiciar a tomada de decisões a partir dos resultados obtidos nas Avaliações externas; no sentido de possibilitar ações voltadas para o aperfeiçoamento do trabalho docente;
- Propiciar condições físicas para que os processos de ensino e aprendizagem possam se desenvolver em ambiente adequado;
- Dinamizar conteúdos, mudando visões e abrindo alternativas constantes para o desenvolvimento profissional e social do professor.
- Oferecer oportunidades, com vistas de aprimoramento da prática pedagógica.
- Melhorar a distribuição de recursos financeiros de maneira proporcional às necessidades de região e da escola.
- Atendimento aos alunos que necessitam de atendimento especial.
- Melhorar condições do trabalho preventiva em relação à saúde do educando.

Itens fundamentais que favorecem a aprendizagem dos alunos da Escola Municipal Quilombo do Ambrósio são:

- Poucos alunos por professor em cada sala de aula.
- Autonomia na gestão;
- Calendário escolar com atendimento das condições de ordem climática, beneficiando a educação que ocorre na Zona Rural.
- Atuação efetiva do Colegiado;
- Cursos de aperfeiçoamento;
- Laboratório de Informática com acesso a internet;
- Disponibilidade de Material Didático;
- Programa Alfa e Beto. (Alfabetização);

-

3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1.- Aspectos administrativos:

O Projeto Político Pedagógico deve de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Ele deve expressar o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar.

A escola se organiza de forma adequada com o propósito de constituir um espaço favorável à plena formação dos alunos.

Está distribuída em 02 pavilhões: 9 salas de aulas, salas de professores juntamente com a biblioteca, sala da direção juntamente com a secretaria, 4 banheiros masculinos e 4 banheiros femininos, 1 banheiro de professores, 1 cantina, 1 laboratório de informática com 16 computadores, 1 câmara digital, 2 televisores, 1 retroprojeter, 1 aparelho DVD, 1 vídeo cassete, 1 caixa acústica, 1 microfone e acesso a internet.

O espaço físico não é adequado para atender todas as atividades diárias, pois não há espaço suficiente para atender confortavelmente alunos e professores.

Não há quadras de esportes. As atividades esportivas são realizadas em espaço do lado externo à escola

3.2-Aspectos pedagógicos:

A compreensão do papel de professor e de aluno, da metodologia, da função social da escola e dos conteúdos a serem trabalhados é um ponto fundamental para conduzir a dinâmica educativa da Escola Municipal Quilombo Ambrósio. Essa aponta para a perspectiva pedagógica – didática de natureza

transdisciplinar, interdisciplinar e disciplinar que tem como foco maior a liberdade, a autonomia e a ética como construtores da dignidade humana.

Por meio de uma ação planejada e refletida do professor no dia-a-dia da sala de aula, a escola realiza seu maior objetivo: fazer com que os alunos aprendam e adquiram o desejo de aprender cada vez mais e com autonomia. Para atingir esse objetivo, é preciso focar a prática pedagógica no desenvolvimento dos alunos, o que significa observá-lo de perto, conhecê-los, - compreender suas diferenças, demonstrar interesse por eles, conhecer suas dificuldades e incentivar suas potencialidades.

O Projeto Político Pedagógico da Escola é uma ação intencional e o resultado de um trabalho coletivo, que busca metas comuns que intervenham na realidade escolar. Traduz a vontade de mudar, pensar o que se tem de concreto e trabalhar as utopias; permite avaliar o que foi feito e projetar mudanças.

Nossa experiência no dia-a-dia tem mostrado com é importante todos os segmentos da escola (gestores, professores, alunos, funcionários, pais...) caminharem juntos procurando resolver os problemas que aparecem e criando novas alternativas para à melhoria da educação oferecida à comunidade.

Trabalhar coletivamente, apesar de ser muito mais vantajoso para a escola como um todo, não é tarefa sempre fácil. Mas, é pela ação coletiva que a escola se fortalece, revelando sua capacidade de se organizar e produzir um trabalho pedagógico conduzente às demandas da sociedade.

Este trabalho pedagógico pautado no comprometimento da realização de ações educacionais voltadas para o pleno desenvolvimento do ser humano, dá-nos condições para compreender o que realmente uma escola de qualidade necessita para atender as suas finalidades.

O educando é influenciado a cada instante por tudo o que está ao seu redor e é o que lhe proporciona o que chamamos de educação. Essa acontece de acordo com a cultura vigente do grupo. Sendo assim, podemos também pegar a contribuição de Paulo Freire, que nos mostrou idéias inovadoras que partiam de uma análise crítica da escola e da sociedade brasileira. Freire afirma que educando e educadores são sujeitos na prática educativa.

A partir de dados da realidade da escola, baseando-se na história real, na prática pedagógica cotidiana, nas experiências de nossos diferentes

profissionais, nas famílias, comunidade, na estrutura organizacional e funcionamento, dinâmica curricular, práticas avaliativas entre outros dados de relevância para a compreensão de escola como unidade educativa.

A busca coletiva de soluções transforma a escola em um espaço de diálogo e reflexão, compartilhada, que estimula os educadores a refletirem sobre sua prática pedagógica. Essa construção dinâmica e coletiva constitui - um grande desafio, porque requer: vontade, desejo, disposição, compromisso, paciência, esperança e disponibilidade para reflexões e estudos.

A escola desenvolve vários projetos interdisciplinares com apoio da comunidade, parcerias com empresas locais como o objetivo de conscientizar a comunidade escolar e local para necessidade da interação comunidade, família e escola.

Projetos realizados:

- Projeto Dengue;
- Dia da Poesia;
- Escola no Campo;
- Festa das Mães;
- Meio Ambiente;
- Festa Junina;
- Prevenção – DST/Aids e Drogas;
- Educação Inclusiva;
- Cultura Afro-brasileira (história do quilombo)

Sabemos que nossas escolas muitas são enfadonhas aos alunos, mas necessárias. Como educadores, precisamos assumir uma prática pedagógica voltada à realidade onde a escola e comunidade andam juntas, resgatando a necessidade de conhecer o aluno. O sucesso de uma escola depende da forma como ela se relaciona com o aluno.

4- CURRÍCULO

A elaboração do currículo tem sido elaborado coletivamente, mas orientados por princípios pedagógicos voltados para uma educação da formação do cidadão.

À medida que o currículo é encarado como peça fundamental do Projeto Político Pedagógico, torna-se imperiosa a retomada de reflexões que constituem o ponto de partida do projeto: Quem somos nós? Qual é a nossa - identidade? Que recursos contamos? O que é possível fazer para potencializar ou obter a base material e humana necessária à realização do projeto que defendemos? Essas reflexões já foram objeto de atenção, mas, em nosso caso, é preciso frisar uma delas: a que diz respeito às finalidades da educação que vão nortear o currículo.

Não podemos perder de vista a principal função da escola? Ajudar os alunos a construir conhecimentos, formas de pensar e sentir mais elaboradas, assim como valores sociais.

Isso implica num movimento de relações recíprocas entre o aluno e o universo a ser conhecido. Este universo, ou conjunto de conhecimentos e experiências de aprendizagem podemos denominar **currículo**.

“Acima de tudo, precisamos abandonar o enfoque único posto no currículo como prescrição. Isto significa que devemos adotar plenamente o conceito de currículo como construção social, primeiramente em nível da própria prescrição, mas depois também em nível de processo e prática.” (GODSON, 1995, p.57).

Em todas as sociedades, especialmente naquelas em que as desigualdades são muito acentuadas, a distribuição do poder e os mecanismos de controle social estão refletidos no currículo, transmissão e avaliação do que é considerado saber escolar legítimo. A depender da origem social dos destinatários, das modalidades de educação oferecidas e do conhecimento em outros níveis.

Nestas perspectivas a escola se organiza com o objetivo de ajudar os nossos alunos a criar um sentido de ordem, de uso significativo do tempo e do espaço, para que possam desenvolver um espírito de cooperação, solidariedade com situações, tarefas, atividades que facilitem a vida em comum.

Percebe-se que são várias as formas de composição curricular, mas os parâmetros Curriculares Nacionais indicam que os modelos dominantes na escola brasileira multidisciplinar e pluridisciplinar, marcados por uma forte fragmentação, devem ser substituídos, na medida do possível, por uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar.

Em busca de transformar o cotidiano escolar e modificar esse panorama, a Escola Municipal Quilombo do Ambrósio juntamente com a Secretaria de - Educação do Município adotou como metodologia do trabalho a “Pedagogia de Projetos de Aprendizagem”, buscando situações de aprendizagem que sejam construídas em cooperação com professores, alunos e comunidade escolar, levando em conta a realidade da vida escolar, levando em conta a realidade em aprender. O professor neste contexto passa a desempenhar um papel de problematizados, questionador, mediador, e orientador do conhecimento e o aluno passa a ser um ser agente, de seu próprio conhecimento. Fins que se tem em vista, o currículo cumpre, de forma diferenciada, sua função nessa distribuição de poder. Assim, há uma íntima ligação entre o currículo e o projeto de socialização a ser realizado, o que transparece em seus conteúdos, no formato e nas práticas que são conteúdos, no formato e nas práticas que são criadas e recriadas indefinidamente.

O currículo sintetiza metas, objetos, conteúdos e maneiras de organizá-los; atividades de ensino/aprendizagem e de avaliação.

Pode-se, portanto, pensar o currículo como uma transposição didática, entendida como o acabamento, a transformação a que se sustenta os saberes, as práticas sociais ou mais globalmente, a cultura, para poder ensiná-las e avaliá-las na aula.

Assim, o professor é de fato, um mediador na interação dos alunos com os objetos de conhecimento e a orientação didática que assume, e os métodos que utiliza têm como finalidade estimular a compreensão e diferenciação entre os conceitos, possibilitar a sua generalização, transposição e aplicação em situações diversas e permitir a solução de problemas, o levantamento de questões e avaliação dos resultados de suas ações e a reconstrução.

Desde o século passado, grupos de pessoas ligadas à educação das camadas populares levantam a seguinte questão: que tipo de conhecimento é realmente útil? Estes tipos de conhecimento deve ser entendida como algo que

tem valor no processo de formação dos estudantes. Assim, os docentes devem perguntar-se: que conteúdos são realmente significativas para a educação desses estudantes?

É preciso verificar se esses conteúdos reforçam os aspectos estéticos, lúdicos e corporais, possibilitando a formação intelectual, social, emocional, o desenvolvimento de habilidades intelectuais e físicas, o gosto e o prazer para vivências sociais e lúdicas. Finalmente, é necessário que desenvolvam a - capacidade de resolver problemas, e estimular responsabilidades pelas ações empreendidas, formando a consciência dos deveres e direitos sociais e políticos.

Concluimos, o currículo é democrático quando na prática da sala de aula, é trabalhado pelo professor, transformando o recriado em função da realidade de seus alunos, oferecendo condições para a formação do estudante como cidadão.

ABORDAGEM DE QUESTÕES SOCIAIS: OS TEMAS TRANSVERSAIS

Para estar em consonância com as demandas atuais da sociedade, é necessário que a escola trate de questões que interferem na vida dos alunos e com as quais se vêem confrontados no seu dia a dia. As temáticas sociais vêm sendo discutidas e frequentemente são incorporados aos currículos das áreas, especialmente nos de História, Geografia e Ciências Naturais, ou chegam mesmo, em alguns casos, a construir novas áreas. Mais recentemente, algumas propostas sugerem o tratamento transversal de temáticas sociais na escola, como forma de contemplá-las na sua complexidade, sem restringi-las à abordagem de uma única área.

A Lei Federal nº. 9.394/96, em seu artigo 27, inciso I, também destaca que os conteúdos curriculares da educação básica deverão observar “a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e á ordem democrática”. Nessa perspectiva, as problemáticas sociais em relação à ética, saúde, meio ambiente, pluralidade cultural, orientação sexual e trabalho e consumo são

integradas na proposta educacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais como Temas Transversais. Não se constituem em novas áreas, mas num conjunto de temas que aparecem transversalizados, permeando a concepção das diferentes áreas, seus objetivos, conteúdos e orientações didáticas.

A transversalidade pressupõe um tratamento integrado das áreas e um compromisso com as relações interpessoais no âmbito da escola, pois os valores que se quer transmitir, os experimentados na vivência escolar e a coerência entre eles devem ser claros para desenvolver a capacidade dos alunos de intervir na realidade e transformá-la, tendo essa capacidade, relação direta com o acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade.

Os conteúdos relativos a esses temas, bem como o enfoque adotado em cada tema, estão explicitados nos documentos de áreas. Para aprofundar os assuntos, há textos de fundamentação que também podem contribuir para o desenvolvimento de projetos específicos que a escola tenha necessidade e interesse em desenvolver.

O conjunto de documentos de temas discute a necessidade de a escola considerar valores gerais e unificadores que definam seu posicionamento em relação à dignidade da pessoa, à igualdade de direitos, à participação e à corresponsabilidade de trabalhar pela efetivação do direito de todos à cidadania.

Os temas transversais que compõem os Parâmetros Curriculares Nacionais são Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo, por envolverem, problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo mundial.

Essa abrangência não significa que os temas transversais devam ser tratados igualmente em todos os lugares. Ao contrário, podem exigir adaptações para que correspondam às reais necessidades de cada região ou mesmo de cada escola. As questões ambientais, por exemplo, ganham características diferentes nos campos de seringais, no interior da Amazônia, e na periferia de uma grande cidade.

Além das adaptações dos temas apresentados, é importante que sejam desenvolvidos temas locais. Por exemplo: muitas cidades têm elevadíssimos índices de acidentes com vítimas no trânsito, surge a necessidade de incorporar a educação para o trânsito em seu currículo. Outros temas relativos,

por exemplo, à paz ou ao uso de drogas, podem se constituir em subtemas dos temas gerais; outras vezes, no entanto, podem exigir um tratamento específico e intenso, dependendo da realidade de cada contexto social, político, econômico e cultural.

Nesse contexto, orientamo-nos em nossas práticas pedagógicas pautados nas seguintes considerações:

-

Ética

A questão central das preocupações éticas é a análise dos diversos valores presentes na sociedade, a problematização dos diversos valores presentes na sociedade, a problematização dos conflitos existentes nas relações humanas quando ambas as partes não dão conta de responder questões complexas que envolvem a moral e a afirmação de princípios que organizam as condutas dos sujeitos sociais. Na escola, o tema ética se encontra nas relações entre os agentes que constituem essa instituição, alunos, professores e pais, e também nos currículos, uma vez que o conhecimento não é neutro nem impermeável a valores de todo tipo.

A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais é que a ética – expressa na construção dos princípios de respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade, seja uma reflexão sobre as diversas atuações humanas e que a escola considere o convívio escolar como base para sua aprendizagem, não havendo descompasso entre “o que diz” e “o que faz”.

Partindo dessa perspectiva, o tema transversal Ética traz a proposta de que a escola realize um trabalho que possibilite o desenvolvimento da autonomia moral, o qual depende mais de experiência de vida favorável do que de discursos e repressão.

No convívio escolar, o aluno pode aprender a resolver conflitos em situações de diálogo, pode aprender a ser solidário ao ajudar e ao ser ajudado, pode aprender a ser democrático quando tem oportunidade de dizer o que pensa submeter suas idéias ao juízo dos demais e saber ouvir as idéias dos outros.

Saúde

O nível de saúde das pessoas reflete a maneira como vivem numa interação dinâmica entre potencialidades individuais e condições de vida. Não se pode compreender ou transformar a situação de um indivíduo ou de uma comunidade sem levar em conta que ela é produzida nas relações com o meio físico, social e cultural. Falar de saúde implica levar em conta, por exemplo, a qualidade do ar que se respira, o consumismo desenfreado e a miséria, a - degradação social e a desnutrição, formas de inserção das diferentes parcelas da população no mundo do trabalho, estilo de vida pessoal.

Atitudes favoráveis ou desfavoráveis à saúde são construídas desde a infância, pela identificação com valores observados em modelos externos ou grupos de referência. A escola cumpre papel destacado na formação dos cidadãos para uma vida saudável, na medida em que o grau de escolaridade em si tem associação comprovada com o nível de saúde dos indivíduos e grupos populacionais. Mas a explicitação da saúde como tema do currículo eleva a escola ao papel de formadora de protagonistas - e não pacientes - capaz de valorizar a saúde, discernir e participar de decisões relativas à saúde individual e coletiva. Portanto, a formação do aluno para o exercício da cidadania compreende a motivação e a capacitação para o auto cuidado, assim como a compreensão da saúde como direito e responsabilidade pessoal e social.

Orientação Sexual

A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais para Orientação Sexual é que a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas, questão ampla e polêmica, marcada pela história, pela cultura e pela evolução social.

As crianças e adolescentes trazem noções e emoções sobre sexo, adquiridas em casa, em suas vivências e suas relações pessoais, além do que recebem pelos meios de comunicação. A Orientação Sexual deve considerar esse repertório e possibilitar reflexão e debate, para que os alunos construam suas opiniões e façam suas escolhas.

A escola não substitui e nem concorre com a família, mas possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de valores. Em nenhuma situação cabe à escola julgar a educação que cada família oferece a seus filhos. Como um processo de intervenção pedagógica, tem por objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados, sem invadir a intimidade nem direcionar o comportamento dos alunos.

-

Meio Ambiente

A principal função do trabalho com o tema meio ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade, local e global.

Para isso, é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos. Esse é um grande desafio para a educação.

Comportamentos “ambientalmente corretos” serão aprendidos na prática do dia – a – dia na escola: gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações podem ser exemplos disso.

Trabalho e Consumo

A finalidade deste tema é indicar como a educação escolar poderá contribuir para que os alunos aprendam conteúdos significativos e desenvolvam as capacidades necessárias para atuar como cidadãos, nas relações de trabalho e consumo.

Os dilemas, incertezas e transformações do mundo do trabalho, a desigualdade de acesso a bens e serviços e o consumismo fazem parte do cotidiano escolar. De forma implícita ou explícita, as práticas escolares são permeadas por concepções, posicionamentos e valores sobre o trabalho e o consumo. Todos trazem imagens já construídas de valorização de profissões e

tipos de trabalho, assim como sua tradução na posse ou não de objetos, de “marcas” com alto valor simbólico. São questões que permeiam a dinâmica escolar, interferindo diretamente no ensino e na aprendizagem dos alunos.

Crianças e adolescentes vivem a expectativa sobre o futuro – ou o presente – inserção no mundo do trabalho, assim como os dilemas frente aos apelos para o consumo de produtos valorizados por seu grupo etário. Se não são todos os que já participam de alguma forma do mercado de trabalho ou têm um lugar no trabalho doméstico, todos refletem, em sua atuação escolar, a

-
situação de trabalho e emprego das famílias, a luta cotidiana para conquistar o direito de usufruir bens e serviços produzidos socialmente.

O tema Trabalho e Consumo consideram questões centrais que envolvem direitos já formulados em lei e que são objetos de mobilização social para se concretizarem: a erradicação do trabalho infantil, a mobilização contra as discriminações de gênero, de raça e idade nas relações de trabalho, a defesa dos direitos dos consumidores.

Pluralidade Cultural

Para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar e valorizar a diversidade étnica e cultural que a constitui. Por sua formação histórica, a sociedade brasileira é marcada pela presença de diferentes etnias, grupos culturais, descendentes de imigrantes de diversas nacionalidades, religiões e línguas. No que se refere à composição populacional, as regiões brasileiras apresentam diferenças entre si; cada região é marcada por características culturais próprias, assim como pela convivência interna de grupos diferenciados.

Essa diversidade etno cultural frequentemente é alvo de preconceitos e discriminação, atingindo a escola e reproduzindo-se em seu interior. A desigualdade, que não se confunde com a diversidade, também está presente em nosso país como resultado da injustiça social. Ambas as posturas exigem ações efetivas de superação.

Nesse sentido, a escola deve ser local da aprendizagem de que as regras do espaço público democrático garantem a igualdade, do ponto de vista

da cidadania, e ao mesmo tempo a diversidade, como direito. O trabalho com a Pluralidade Cultural se dá, assim, a cada instante, propiciando que a escola coopere na formação e consolidação de uma cultura da paz, baseada na tolerância, no respeito aos direitos humanos universais e da cidadania compartilhada por todos os brasileiros. Esse aprendizado exige, sobre tudo, a vivência desses princípios democráticos no interior de cada escola, no trabalho cotidiano de buscar a superação de todo e qualquer tipo de discriminação e exclusão social, valorizando cada indivíduo e todos os grupos que compõem a sociedade brasileira.

-

5- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A educação escolar é um direito social conquistado pelos cidadãos. Ela se concretiza não apenas no direito ao saber socialmente acumulado, mas no direito a tempos de socialização, de cultura, de vivência digna a infância, adolescência, juventude e vida adulta. O tempo dos professores tem de ser organizado para abranger a pluralidade de vivências. Sendo assim, todos nós devemos ter o direito ao tempo de escola e às ricas vivências socioculturais. E mais, devemos ter direito ao acesso e à permanência bem sucedida dentro da instituição escolar.

A organização dos tempos e os espaços escolares.

Organização dos tempos:

- 1- Gerir o número de alunos por turma, tendo como preocupação sucesso escolar dos mesmos.
- 2- Promover criação de espaços especializados em função das diferentes atividades escolares.
- 3- Planificar a correta utilização dos espaços específicos em articulação com os departamentos disciplinares.
- 4- Reforçar a utilização pelos alunos, dos espaços pedagógicos alternativos em situações excepcionais de ausência de professores e de tempos livres.

Algumas experiências inovadoras estão repensando as estruturas da escola, pretendendo criar um clima mais educativo, mais solidário e amistoso nas formas de organizar os tempos e os espaços e, dessa forma proporcionando condições para que valores verdadeiramente se façam presentes no convívio escolar.

A organização da escola em ciclos não pretende facilitar as aprovações, nem desvalorizar os conhecimentos, pretende revê-los, tendo como foco os educandos, seu desenvolvimento pleno, como propõe a nova LDB nº 9.394, de 1996. A formação plena dos educandos em cada tempo-ciclo de seu desenvolvimento deverá ser a medida, o horizonte para repensar-se os conteúdos escolares. Se reconhecemos os educandos como seres humanos - em processo de formação, e não apenas como futuros empregados, os conteúdos da docência adquirem nova qualidade.

A comunidade escolar deverá se mobilizar para reconhecer, respeitar e conviver com as diferenças individuais, de turmas, de idades de papéis, de funções, de ideias, etc. isso requer novas posturas de todos os que participam do processo educativo, que realiza-se dentro ou fora da sala de aula. Internamente, aulas participativas que valorizam a iniciativas, os avanços individuais e o crescimento coletivo são oportunidades inigualáveis de construção de novas formas de convivência.

6- PROCESSOS DE DECISÃO

A construção de uma escola em que a participação seja uma realidade depende da ação de todos: dirigentes, professores, estudantes, funcionários, pais de estudantes e comunidade. Nesse processo, a articulação entre diversos segmentos que compõem a escola e a criação de espaços e mecanismos de participação são fundamentais para o exercício do aprendizado democrático que possibilite a formação de indivíduos críticos, criativos e participativos. A democratização da gestão implica a superação dos processos centralizados de decisão e pressupõe a gestão colegiada, na qual as decisões

nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola, e orientados pelo sentido político e pedagógico presente nessas práticas.

A instituição educativa, no cumprimento do seu papel e na efetivação da gestão democrática, precisa não só criar espaços de discussões que permitam a construção coletiva do projeto educativo, como também criar e sustentar ambientes que favoreçam essa participação.

A escola contribuirá para que as relações sociais sejam de igualdade, estimulando o aprendizado do diálogo, do construir com, trabalhar com, do entender-se com. Atenta ao processo de desenvolvimento físico, afetivo e emocional, próprio de cada um.

- 1- -
- 2- Bom envolvimento de todos os segmentos: família, comunidade e equipe gestora.
- 3- Realização de ações a curto, médio e longo prazo de forma coletiva, atendendo a necessidade da comunidade.
- 4- Planejamento trabalho em equipe escolar.
- 5- Práticas de discutir ideias, estabelecer prioridades em executar e avaliar.
- 6- Trabalho realizado com clareza e transparência nas decisões.
- 7- Emoção e afetividade no trabalho: uma boa escola cultiva espírito cordial e humano.
- 8- O respeito com a comunidade com foco e integração racional e afetiva, que permite ao aluno se apropriar do conhecimento.

A autonomia da escola não é a autonomia dos professores, ou a autonomia gestores. A autonomia neste caso, é o resultado do equilíbrio de forças, numa determinada escola, entre diferentes detentores de influência (externa e interna), dos quais se destacam: o governo e os seus representantes, os professores, os alunos, os pais e outros membros da sociedade local (BARROSO, 1966, p. 186).

7- RELAÇÕES DE TRABALHO

A exemplo de nossa Constituição Federal promulgada em 1988, entendermos que, também a nível escolar, é necessário estabelecer alguns princípios que deverão ajudar a constituir a Vida Escolar, desde a sua dimensão pedagógica até as questões de convívio social.

Um primeiro avanço poderia ser, superar a noção árida do sistema normativo que impera ainda nas escolas, reduzindo o convívio a uma pedagogia prescritiva, que padroniza o “fazer” e o “não fazer”.

Diferente disto, a norma, enquanto expressão de uma vontade geral, com o propósito de renunciar a alguma coisa (aquilo que a norma proíbe), abre um lugar de possibilidades. A adiverz de regra contextua ligada não apenas tem

-
como preocupação a prescrição prática de atos concretos. A norma se fundamenta na renúncia que instaura. A norma não pretende gerar um indivíduo perfeito, virtuoso, ideal. A norma confia na criatividade humana e, ao renunciar a algumas coisas para todos, permite a construção de trajetórias diferenciadas com vistas a consolidar todos os possíveis. O sistema normativo em geral fundamenta-se numa concepção iluminista, preocupada em gerar uma sociedade perfeita, asséptica e idealizada.

Destacam-se neste momento alguns artigos de nossa Lei maior – a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (artigos 50, 6º e 14º, especialmente) que, em síntese, defendem o direito do cidadão apontando aquilo que deve ser preservado e aquilo a que todos nós renunciamos a fim de que o ser humano possa ser priorizado. Renuncia-se à discriminação, à distinção de qualquer natureza, ao autoritarismo. Em outras palavras, existe, através da norma, um compromisso com a igualdade, com a educação, com a saúde, com a pluralidade e com a democracia, implicará os “tantos possíveis” próprios do ser humano e de sua capacidade de organização.

Neste convívio escolar, são necessários sólidos conhecimentos, memória cultural, respeito pelo espaço público, princípios para viabilizar efetivas relações interpessoais, diálogo franco entre olhares éticos e superação da imagem de criança e professor ideal, abrindo reinventar as formas de convivência e, portanto, seguem alguns eixos norteadores.

Reconhecer que existem opções de valores pessoais, contudo, numa instituição que tem finalidades públicas, há que se definirem critérios de natureza coletiva para gerar um clima escolar participativo e viabilizar a aprendizagem. Isto explica:

- Abdicar dos modelos idealizadas de aluno de professor e da própria relação, potencializando as possibilidades e chances efetivas de cada um;
- Fidelidade ao contrato pedagógico que deve ser do conhecimento das partes e condições para a própria negociação nos processos de interação família/escola;
- Integrar, sempre que necessárias a mudança e a criatividade nos processos educativos;

-

Reconhecer que o fato de estigmatizar e/ou reprimir, por meio de procedimentos institucionalmente legítima e/ou legalmente previstos, incita as praticas que se quer eliminar ou combater.

Portanto nenhum regime resolve isto por antecipação. O poder não é negativo, nem positivo, ele se constitui na relação, ele é relação de forças. Avaliá-lo e discuti-lo implica reflexão, capacidade de negociação para encaminhamento de decisões.

A comunidade escolar deve ser capaz de analisar e entender os conflitos ocorridos para além do “Calor da hora” dos acontecimentos embaraçosos, para encaminhar alternativas viáveis para cada caso.

Toda instituição cresceria se reconhecesse a ambiguidade no processo pedagógico entre a lógica de “dever ser”, onde as regras e normas insistem em universalizar as condutas, o conhecimento; e a lógica do “querer viver”, abrindo espaços para um tipo de participação em que cada um, no seu jeito individual de colaborar, enriquece o convívio na instituição. Isto significa dizer que no contexto pedagógico não basta cumprir normas, homogeneizando os grupos sociais. O “querer viver” pode significar uma lei única para todos os casos desestruturando o coletivo, deixando de ser ponto de negociação e possibilidade de criatividade.

Qualquer tentativa de disciplina homogeneizadora está fadada ao fracasso. As histórias dos sujeitos são diversas e devem ser levadas a sério.

Existe a necessidade de eixos norteadores para possibilitar a vida dentro da Escola. Contudo, as normas não podem ser vistas como prescrição castradora, mas condições necessárias para o convívio. Neste paradigma, o “disciplinador” é aquele que educa, que oferece parâmetros e que estabelece limites. O limite situa, dá consciência da posição ocupada dentro de algum espaço social. A indisciplina é uma atitude de desrespeito, intolerância frente aos acordos firmados. A ausência de eixos norteadores, no mínimo, desrespeito para com a vida em sociedade.

As normas não têm validade autônoma, valendo por isto, mas não encontram significado numa escola, como um caminho para a aprendizagem. Assim, as regras não só reguladoras, mas também constitutivas, no sentido de que a sua existência é que possibilita a criação. Ex: regras da gramática, elas não regulamentam apenas o texto, mas possibilitam o jogo. As leis do trânsito - não visam impedir o deslocamento de veículos, mas ajudá-los. As regras são sempre regulamentadoras e construtivas.

Dos eixos norteadores para os eixos de medição:

Definir, em reunião coletiva anualmente, o tipo e o grau de aprendizagem que se espera que alcancem os alunos em cada nível de trabalho. Estas informações e decisões devem ser do conhecimento dos pais. Vale dizer que este pressuposto não quer comprometer-se com uma visão engessada da educação e totalmente antecipada, mas tornar público e conhecido o nível de exigência pedagógica que a instituição tem. Esta se desenvolverá em competência e habilidades a serem solicitados do aluno no processo de escolaridade. Muitos destes indicadores já estão neste documento, mas estamos reconhecendo a necessidade de sua constante revisão. A administração de conflito, no que concerne a desempenho escolar, deverá levar em consideração estes aspectos.

A escola, além das questões pedagógicas, convive com as questões atitudinais ou seja, qualquer aluno e todo aluno, independente de seu desempenho escolar, apresenta atitudes e condutas no interior da escola, fruto de sua história, situação circunstancial e/ ou experiências de grupo. Este é também um contexto de atuação do Projeto Político Pedagógico. Não se define por afirmação o que pode ou não acontecer neste contexto, mas das situações vividas levará em consideração também atitudes que desenvolverá: RESPEITO

– TOLERÂNCIA – DIÁLOGO – DIREITOS HUMANOS – PARTICIPAÇÃO. Na administração destes conflitos, a escola mantém os seguintes procedimentos: advertência acompanhada de eventual afastamento do aluno por um, dois ou três dias letivos, com o propósito de fazê-lo refletir sobre o ocorrido.

O Projeto Político Pedagógico deverá ser constantemente divulgado, considerando toda a comunidade escolar com vistas a favorecer o processo de convívio e de aprendizagem.

-

8- Avaliação

A avaliação merece um destaque a parte, pois diz respeito a um processo mais amplo e abrangente que abarca todas as ações desenvolvidas na ação pedagógica, assim como todos os sujeitos envolvidos.

O escame escolar faz parte do cotidiano escolar de tal sorte que o ensino se desenvolve sob sua pressão e controle. Ao se observar a prática atual da avaliação escolar, assim como resultados de pesquisas sobre sua realidade, como as apresentadas por Freitas (1995, p.143-258), constata-se a polarização das atenções dos alunos, professores, pais e administradores do ensino em torno da realização de provas/exames como objetivo primeiro seus ditames.

É preciso atentar para o fato de que os juízes de excelência escolar oriundos da avaliação são “uma construção intelectual, cultural, social” (Pernoud, 1990, 9.17). como construção, aproxima-se de uma fabricação que até certo ponto, é artesanal porque nela interferem a intuição do professor, modificações e invenções que ele introduz nos procedimentos, nos critérios, no processo, enfim.

Interpretando a prática da avaliação nesses mesmos termos, Gimeno (1989, p.373 – 403) explica que a informação sobre o aluno, coletada formal e informalmente, e centralizada nas mãos do professor, passa por um processo de seleção e elaboração que dá origem à emissão de juízos sobre o aproveitamento do aluno respectiva qualificação. Os dados obtidos nesse itinerário não só são “contaminados”, dada a natureza interativa da avaliação, como também se compõe de ponderações feitas pelo professor de forma singular, de acordo com suas particulares teorias. Por isso, esse autor realça o simplismo desses procedimentos em contraste com a importância social, pessoal e escolar dos seus resultados.

Em processo intermediário, conforme escreve Gimeno (1989, p.373 – 403), é tão decisivo que constitui a essência da avaliação e é onde reside a possibilidade de melhoria do processo avaliatório, caso passe por alterações. As medidas que nele intervêm não são mecânicas nem assépticas e formam uma intrincada rede de influências.

-

Os modos de perceber e conceber a realidade articulados pela técnica da avaliação passam a fazer parte do repertório operativo do aluno com a única finalidade de obter a aprovação escolar. Por serem processos estranhos à sua estrutura de pensamento, tornam-se elementos impeditivos da aprendizagem efetiva contribuintes para a formação alienante do aluno. Espera-se que o aluno tenha uma relação passiva com o saber e uma atitude crítica e neutra de fatos.

A análise de episódios negativos relatados por alunos apontem repercussões do ponto de vista pessoal e escolar. Essa análise evidencia o rebaixamento da auto-estima como um reflexo importante visto que vem a ser um dos elementos que indispõem o aluno para o estudo, para aprendizagem e o afasta do relacionamento com as pessoas, por vezes, do convívio com os colegas, causando sérios malefícios para a sua vida futura e produtiva. Acrescente-se a isso a formação de medos, bloqueios e sentimentos de frustração presentes ainda hoje na vida adulta.

Já as repercussões para situações positivas de avaliações para estudar e o estímulo para avançar no conhecimento, fazendo descobertas fundamentais: descobre que aprender não é decorar, que o importante é

estudar e produzir conhecimento e não a obtenção da nota; constata que, pela mediação dessas experiências positivas de avaliação, ocorreu a efetiva aprendizagem: descobre que aprender porque não copiou modelos, dialogou com o conhecimento, interagiu com o professor.

Vivida positivamente, a avaliação escolar vai qualificar os alunos de modo que eles desenvolvam adquirindo identidade individual e social. É um movimento que coincide com o próprio desenvolvimento do homem, e que vem especificar a sua natureza de acordo com os elementos naturais e culturais de seu viver. Esse processo não é possível de mensuração como não o é a aprendizagem que dele decorre.

No complexo processo de desenvolvimento e aprendizagem por que passa o ser humano, a escolarização tem papel decisivo na medida em que contribui para a sua ocorrência de acordo com as formas como é tratado o fenômeno educativo. No ritual pedagógico, a avaliação distingue-se como as formas como um procedimento chave ou, segundo palavras de Freitas (1995, - p.143 – 258), como uma categoria-eixo que, na escola capitalista, modula as demais categorias didáticas.

Para Foucault (1994, p.69 – 204), o exame (ou a avaliação escolar) tem um poder de maior espectro e profundidade: alcançar o âmbito das possibilidades. A particular sutileza dessa conjectura vai revelada com precisão nas palavras de seu autor: “O investimento político (do exame) não se faz simplesmente ao nível da consciência, das representações e no que julgamos saber, mas ao nível daquilo que torna possível algum saber” (p.165).

Com a nova LDB 9394/96, que trouxe mudanças significativas para este novo olhar para a avaliação tanto no aspecto pedagógico como da legalidade, a escola tem proporcionado momentos de estudo e de discussão deste tema, que não se esgotou até o presente momento.

A recuperação paralisa, prevista em lei ajuda a reelaborar estes conceitos que por ventura não foram apropriados por alguma razão e que novas oportunidades de recuperação devem ser oferecidos, não restringindo apenas no sentido de realizar mais uma prova. Estas novas oportunidades deverão estar devidamente registrados no diário de classe e devem ser lembrados por todo educador que é um direito do aluno. Portanto o trabalho do professor é fundamental na condução do processo.

São instrumentos de avaliação:

- Observações diárias levando em consideração todo o tempo de permanência e atração do aluno em sala de aula;
- Registro de atividades;
- Interação com a família;
- Relação dialógica com o aluno;
- Conselho de classe;
- Trabalhos de pesquisa;
- Tarefas diárias;
- Provas e testes;
- Apresentação oral de trabalhos;
- Participação do aluno durante a aula;
- Frequência;
- Cumprimento das responsabilidades com tarefas e material escolar;
- -
- Procedimentos de convívio social;

A avaliação é feita de forma global, ampla, múltipla e tem por objetivo verificar o seu desenvolvimento. Este processo emerge do Projeto Político Pedagógico e pretende viabilizar a competência de todos os alunos para a participação democrática na vida social a fim de exercer a cidadania.

Garantida a conceituação básica do processo de avaliação, cabe à Escola especificar seus procedimentos levando em conta os diferentes processos da Educação Básica.

A Escola Municipal Quilombo do Ambrósio reconheceu algumas especificidades e as define da seguinte forma:

- Educação Infantil;
- Ensino Fundamental;
- Ensino Médio;

8.1- Educação Infantil

O processo de avaliação é sistemático, sem a priorização do registro formal completo, mas a consolidação de observações do desenvolvimento da turma e de cada aluno individualmente. A família e a escola interagem a fim de avaliar o desempenho global do aluno, tendo como referência a dinâmica pedagógica da sala.

8.2-Ensino Fundamental/ Ensino Médio

A avaliação de desempenho, no decorrer do ano deve proporcionar sobre os resultados finais para ser aprovado no final do ano e deverá alcançar no mínimo 50% dos pontos distribuídos durante o ano letivo.

Observamos a frequência mínima de 75% do total de horas letivas para aprovação. Caso o aluno não atenda a frequência mínima exigida será submetido a reclassificação.

No decorrer do desempenho será bimestral, procedido de Conselho de Classe desdobrado em deveres momentos com pais, alunos e professores.

-

O penúltimo Conselho de Classe terá como objetivo principal encaminhar os alunos para os estudos de recuperação, no entendimento de que esta é mais uma oportunidade, além de todas as oferecidas no decorrer do ano, com vistas à promoção do aluno e a série seguinte.

Após a realização da recuperação final nas respectivas disciplinas, o aluno deverá contemplar 50% das exigências propostas pelo currículo, cabendo ao último Conselho de Classe do ano emitir parecer final.

“Todos nós estamos matriculados na escola da vida, onde o mestre é o tempo”

(Cora Coralina)

9- Conclusão

Escola: chão concreto e horizonte possível quando possui seu PPPE como opção e realidade.

“Viver Escola” não se consegue com o querer dos outros, com as exigências de ler, com o moralismo e obediências religiosas. Viver escola é uma questão de respirar paixão, vontade e compromisso.

Não existem manuais, cursos ou planos de carreira que assegurem a concretização desse ideal de forma automática, mas percebe-se que a criação de condições favoráveis desperta desejos, estimula vontades. É preciso intervir e operacionalizar situações, porque nada é irreversível.

Daí todo significado da construção e vivência do “PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA” como oportunidade inteligente e humana de agrupar idéias e fazeres.

O processo é ativo e depende da participação de cada um. Vivenciá-lo significa equacionar identidades, embalar auto-estimas, tornar as instituições transparentes. É preciso a ousadia de viver desafios, para sair do marasmo das existências individuais e dar sabor, cor e musicalidade às propostas de pessoas que só definem no contorno do coletivo.

10- REFERÊNCIAS

- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS.
- RODRIGUES, Neidson. Educação Fundamental e organização escolar. (Centro de Referência do Professor, p. 9-18).
- PAKO, V.H. (Projeto Político Pedagógico) – 2002, p.19.

GOODSON, I.F. Currículo: Teoria e História. Petrópolis: Vozes,